

GUIMARÃES, Eduardo. (2004) *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 142p.

*Sheila Elias de Oliveira **

História da Semântica – Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil traz uma análise dos estudos da significação no país desde o início da gramatização brasileira do português, na segunda metade do século XIX, até os anos setenta do século XX. O pouco material histórico produzido sobre o tema da significação no Brasil já seria suficiente para destacar a importância desta publicação no campo da história das idéias lingüísticas. Mas o livro cumpre um lugar de destaque nesse campo sobretudo pelo modo como Eduardo Guimarães conduz sua pesquisa histórica, do qual destaco dois aspectos: o rigor teórico-metodológico e o comprometimento com uma história que é feita de uma posição específica: a de semanticista. Temos como resultado uma história dos estudos da linguagem que toma como objeto, interpretando sua relação com acontecimentos de ordem cultural, institucional ou política, a própria linguagem (na escrita de um conjunto de autores) a partir de um método de análise construído por Guimarães ao longo dos anos em que vem se dedicando aos estudos da enunciação.

O que percorremos, então, com a leitura de História da Semântica, é uma análise fina e consistente que conduz a uma interpretação original sobre o papel da semântica nos estudos da lin-

* Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO.

guagem no Brasil. O autor toma como lugar de observação a relação dos estudos da significação com a gramática, de um lado, e, de outro, com o modo de consideração do sujeito. Por essa via, ele faz uma história que não se concentra apenas em textos que se propõem do lugar da semântica, mas em textos fundamentais na história da linguagem no Brasil que incluem questões de significação. Textos estes pelos quais nos faz acompanhar a passagem da autoria do gramático para o lingüista, mostrando que a primeira posição é fundamental para a constituição da última e que as discussões sobre a significação são determinantes para as idéias lingüísticas no Brasil, tanto na própria passagem do gramático para o lingüista quanto nos encaminhamentos da disciplina Lingüística no país.

História da Semântica subdivide-se em três partes, contando onze capítulos, aos quais se somam Apresentação, Introdução e Considerações Finais. Na Introdução, o autor apresenta sua metodologia de análise, que se integra a um modo de fazer histórico próprio ao Projeto História das Idéias Lingüísticas, do qual Eduardo Guimarães é um dos principais pesquisadores desde a primeira fase do projeto no Brasil, no final da década de 1980. Segundo o autor, fazer História é “estabelecer procedimentos de identificação de acontecimentos por suas temporalidades” (p.13). Em História da Semântica, dois tipos de acontecimento são considerados: as modificações na produção de conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, tanto no plano institucional quanto no domínio de conhecimento considerado e, a partir do que esse primeiro movimento identifica, a análise de obras específicas. A análise das obras segue o procedimento de identificação das operações enunciativas de determinação da língua portuguesa e dos sujeitos de língua representados.

A primeira parte do livro, intitulada “As instituições e os estudos do português no Brasil”, é composta por dois capítulos e contempla o primeiro movimento descrito acima. O capítulo 1, “Panorama e periodização”, prepara a leitura do capítulo 2, “Aconteci-

mentos institucionais e estudos do português”, no qual é apresentada uma periodização dos estudos do português no Brasil com foco na institucionalização desses estudos e nas condições históricas em que ela se deu. O primeiro capítulo pontua as características que definem os quatro momentos detalhados na periodização. No segundo capítulo, somos guiados por quatro períodos nos quais são situados acontecimentos políticos, institucionais, culturais e lingüísticos que distinguem cada um desses momentos.

A segunda parte de História da Semântica, intitulada “Percurso da semântica no Brasil”, dá início ao segundo movimento previsto na introdução: a análise pontual de obras. Os quatro capítulos se concentram em obras do segundo e terceiro períodos descritos na primeira parte do livro. Guimarães mostra que se, de um lado, os estudos da linguagem no Brasil acompanham movimentos desses estudos no mundo, de outro, eles respondem a questões específicas das condições sócio-políticas e da realidade lingüística brasileira.

No capítulo 3, o foco é em Pacheco Silva Jr., autor de *Noções de Semântica* (1903), e de duas gramáticas na qual aborda questões semânticas: a *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa* (1879) e a *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1894). A análise mostra que na obra de Silva Jr. a passagem da enunciação da semântica como parte da gramática para a enunciação da gramática como parte da semântica acompanha o deslocamento de uma posição naturalista para uma formulação histórica, na qual a descrição organicista da linguagem – própria do naturalismo – passa a operar como um dizer metafórico.

O capítulo 4 toma como objeto Manuel Said Ali, autor da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1931), da *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1924), de *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908) e de *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1927). Na obra de Said Ali, Guimarães mostra como a divisão conceitual entre o psicológico e o semântico é produto da divisão

entre o indivíduo, sujeito da linguagem, e o povo, determinado pela língua-idioma. Na divisão entre linguagem e língua nacional, a normatividade, que representa o falar culto a partir do padrão escrito, diz respeito à segunda; assim, o povo, sujeito de língua nacional, é determinado pelo falar culto e, por essa via, expropriado da língua da qual é sujeito.

O capítulo 5 versa sobre a obra de Francisco da Silveira Bueno, autor da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1944), de *Estudos de Filologia Portuguesa* (1946) e do *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil* (1947), ou *Tratado de Semântica Brasileira*, como é chamado na edição de 1960. A análise mostra em Silveira Bueno a distinção entre um sujeito social para a língua e um sujeito psicológico para o sentido, este último determinado pela língua nacional que se, de um lado, é a língua do Brasil, de outro, é também a língua comum entre Brasil e Portugal. Nessa contradição, o filólogo (cientista) é tomado pelo lugar de falante erudito, para o qual a vontade de unidade das línguas brasileira e europeia é preponderante.

O capítulo 6 analisa a obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr., autor da primeira obra de Lingüística Geral publicada no Brasil, em 1941, intitulada *Princípios de Lingüística Geral*, de *Contribuição à Estilística Portuguesa* (1953), da primeira gramática descritiva brasileira, *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970), além de vários artigos reunidos no volume póstumo *Dispersos* (1972). Ao dar visibilidade à centralidade da significação na obra de Mattoso Câmara, Guimarães mostra o deslocamento de Mattoso em relação aos outros autores: se sua semântica é ainda lexical, ela não diz respeito mais, necessariamente, à mudança de sentido. O sujeito não é, assim, caracterizado como sujeito da mudança lingüística, enquanto povo, mas em seu aspecto psicológico, correlato ao caráter de instrumento de comunicação da língua. Esta, por sua vez, é elemento essencial na consolidação, no intercâmbio e na transmissão da cultura, numa relação complexa que envolve duas distinções na obra

de Mattoso: entre gramática e semântica e entre gramática e estilística.

A terceira e última parte de História da Semântica, intitulada "Os sujeitos e os estudos da significação na década de 1970 no Brasil", compreende cinco capítulos que dão continuidade à análise pontual de obras, agora representativas do quarto período. A década de 1970, objeto de análise, constitui o primeiro momento em que a Lingüística está institucionalizada nos cursos de Letras e nos programas de pós-graduação, um momento que, conforme Guimarães afirma no capítulo 7, instala elementos definitivos para os anos seguintes, tais como a reflexão sobre o sujeito e o sentido, que será analisada nos capítulos 8, 9 e 10 através da obra de três autores: Haqira Osakabe, Carlos Vogt e Eni Orlandi, os quais nos permitem compreender a construção de três campos no Brasil: a Pragmática, a Enunciação e a Análise de Discurso.

O capítulo 8 é dedicado à obra de Carlos Vogt, autor de *A Palavra Envolvente* (1973), *O Intervalo Semântico* (1977), *Linguagem, Pragmática, Ideologia* (1980) e *Cafundó. A África no Brasil*, em co-autoria com Peter Fry (1996). Guimarães mostra, na narrativa de Vogt sobre os estudos da linguagem, a percepção de um novo momento para os estudos da significação, no qual a unidade de análise não é mais a palavra, e sim o enunciado. Inscrito nesse momento, Vogt se distancia do formal e do gramatical, procurando incluir o que a Lingüística, segundo ele, já não podia mais evitar. Filiado a autores como Benveniste e Ducrot, seu trabalho aspira, dentro dessa mudança, a uma Lingüística que inclua como objeto o texto.

O capítulo 9 analisa a obra de Haqira Osakabe, autor, na década de 1970, de *Argumentação e Discurso Político* (1979), e também do artigo "Sobre a noção de discurso". Na narrativa de Osakabe, a análise identifica uma posição que, embora se enuncie como dentro da Análise do Discurso, constitui uma Pragmática do Discurso, de acordo com a distinção que Guimarães nos apresenta entre esses dois campos (o da AD e o da Pragmática) e o da Enunciação.

O capítulo 10 toma como objeto a obra de Eni Orlandi, que na década de 1970 publicou, entre outros artigos, “A linguagem em revista: a mulher-fêmea” (1977), “Protagonistas do/no discurso”(1978a), “O discurso pedagógico: a circularidade” (1978b) e “A Socioligüística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso” (1979). Na obra de Orlandi, Guimarães mostra um percurso que passa de uma filiação a Hjelmeslev a uma filiação à AD, pelas quais critica a autonomia do sintático, o formal e a teoria da enunciação benvenistiana, e busca uma caracterização não-psicológica do sujeito, pela qual se distingue de uma posição pragmática.

O capítulo 11 realiza um balanço das análises apresentadas nos três capítulos precedentes. Eduardo Guimarães chama a atenção para um aspecto comum entre os três autores abordados: “todos buscam nas considerações sobre o sujeito e o sentido uma posição contrária àquela do campo da gramática, notadamente do estruturalismo e da sintaxe gerativa” (p.134). Institucionalmente, interessa o fato de que as três posições apresentadas – da Enunciação, da Pragmática e da Análise do Discurso – convivem no Brasil, até mesmo nas mesmas universidades, e produzem um debate que dá feições específicas à produção nacional sobre a linguagem. Debate este no qual a década de 1970 e a instalação definitiva das questões semânticas têm papel fundamental.

No percurso que inicia com o interesse pela língua nacional promovido nas escolas, modificado em interesse (sobretudo normativo) pela língua com a criação dos primeiros cursos de Letras, e transformado num campo diverso de estudos da linguagem pela entrada na Lingüística nos cursos de Letras e pela consolidação de um espaço de pesquisa com a instituição dos cursos de pós-graduação na área, Eduardo Guimarães nos faz ver a importância das questões semânticas e sua relação com a formação política do país.

“O desconhecimento sobre a história da semântica no Brasil é elemento fundamental da manutenção mecânica das posições normativas”, afirma o autor em suas considerações finais (p.138).

História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil cumpre o seu papel de dar a conhecer essa história. E *conhecer* ganha aqui o sentido forte de produzir, a partir de uma fundamentação teórico-metodológica conseqüente, um conjunto de questões que produzem uma diferença na ordem dos dizeres sobre um dado objeto. No livro de Eduardo Guimarães, isto se faz pelo estabelecimento de um ponto de interseção entre o fazer histórico e o semântico. Duas razões para considerar *História da Semântica*, no próprio sentido em que o autor dá ao termo, um *acontecimento* na história das idéias lingüísticas no país.